



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

PLENÁRIO NACIONAL DE PROFESSORES E EDUCADORES

RESOLUÇÃO

No atual quadro político, uma Profissão dignificada e valorizada e uma Escola Pública mais democrática exigem uma forte ação reivindicativa dos docentes

A FENPROF aprovou, ainda antes das eleições legislativas, o Caderno Reivindicativo dos Professores e Educadores sob o lema “Uma profissão dignificada e valorizada; uma Escola Pública mais democrática”. Este Caderno Reivindicativo estabelece objetivos para a legislatura em relação ao pessoal docente, à vida das escolas e ao sistema educativo, incluindo, ainda, outros aspetos que deverão merecer a atenção do governo. Pressuposto fundamental para a sua concretização é que o governo respeite os professores, as suas organizações sindicais e os direitos sindicais, a começar pelo direito à negociação coletiva, o que está longe de se verificar.

A FENPROF pretendeu reunir com o Ministro da Educação logo após a tomada de posse do governo, com o objetivo de conhecer e/ou esclarecer as intenções do governo para esta área e apresentar o Caderno Reivindicativo. Era importante calendarizar os diversos aspetos, tendo em conta o prazo da legislatura, estabelecendo prioridades e abrindo linhas de diálogo democrático e relacionamento institucional positivo.

O ministro Tiago Brandão Rodrigues, só aceitou realizar essa reunião em 22 de janeiro, p.p., já depois de o governo ter apresentado, defendido e visto aprovada na generalidade a sua proposta de Orçamento do Estado para 2020 (OE 2020). Como se não bastasse o atraso na marcação, a reunião confirmou que a manutenção do Ministro para novo mandato foi o sinal de que seriam prosseguidos o tipo de relacionamento desenvolvido na segunda metade da anterior legislatura, assim como as políticas.

Para o Ministro, as vias de diálogo a estabelecer seriam apenas as que o próprio entendesse e os processos negociais seriam os que, na sua interpretação, tivessem caráter obrigatório, tendo lugar quando o governo considerasse oportuno. Da FENPROF, o Ministro disse esperar

uma “atitude positiva”, esclarecendo que a mesma se deveria traduzir na aceitação dos caminhos que a tutela propusesse e considerando que, caso a FENPROF se desviasse deles, estaria a entrar em “becos sem saída”.

Com a sua postura de ataque, o Ministro quis sublinhar que, para o governo, nenhum dos aspetos que os professores consideram essenciais – normalização das carreiras, regularização dos horários de trabalho, aposentação e rejuvenescimento, combate à precariedade, melhoria das condições de trabalho, gestão democrática ou reversão da municipalização – constavam, nem, em sua opinião, virão a constar da agenda governativa.

Entretanto, **foi aprovado o OE 2020, ficando ainda mais evidente que, para o ano em curso e por vontade do governo, nenhum dos principais problemas das escolas e dos professores será solucionado**, não obstante as propostas concretas apresentadas pelos partidos à esquerda que foram rejeitadas, desde logo, pelo PS. Deste quadro orçamental resulta, mais uma vez, a estagnação do financiamento público da Educação, após um longo período de cortes, o que, do ponto de vista orçamental, deixa a Escola Pública e os seus profissionais, verdadeiramente, a “marcar passo”; resulta, ainda, a confirmação de que a Educação não é área prioritária para o atual governo, como já se previa face à manutenção do ministro que, na anterior legislatura, sempre que a situação exigia a sua presença, era substituído por outros membros da equipa ministerial ou por ministros de outras áreas.

A Educação é, hoje, uma área suborçamentada, que procura resolver problemas através do recurso a fundos comunitários, para os quais tem sido transferida uma crescente fatia de financiamento que deveria ser assumida pelo Orçamento do Estado, abrindo portas à entrada das mais diversas entidades, muitas delas privadas, dentro das escolas. Entidades que, tendo obtido verbas no âmbito do quadro comunitário em vigor, pretendem desenvolver projetos – vários deles de validade duvidosa – construídos à margem dos contextos escolares em que se desenvolverão e muitas vezes à custa de um ainda maior *sobretabalho* dos docentes. A designada educação inclusiva é, por norma, a justificação para a proliferação destes projetos, enquanto o regime dito de flexibilidade curricular abre o espaço para a sua acomodação.

É verdade que têm melhorado os resultados escolares dos alunos, com implicação na redução das taxas de insucesso e visibilidade no seu desempenho em testes internacionais de aferição e comparação, como o PISA; mas não é menos verdade que tal reflete, em primeiro lugar e acima de tudo, o **esforço e a dedicação dos professores que, mesmo em condições adversas, nunca deixaram de cumprir com zelo os seus deveres profissionais**.

O reconhecimento, contudo, não tem estado presente nem no discurso ministerial que, como aconteceu recentemente em relação à redução da taxa de abandono escolar precoce, preferiu desdobrar-se em autoelogios. Esta falta de consideração pelos docentes, a par de todos os problemas de ordem socioprofissional que os afetam, é um elemento determinante na fuga à profissão docente, surgindo já indícios muito fortes de Portugal deixar de contar, a breve trecho, com o número de profissionais devidamente qualificados que as escolas necessitam. Seriam necessárias medidas que atraíssem de novo para a profissão os jovens que dela desistiram e os estudantes que, no atual contexto, rejeitam a opção de virem a ser professores. Em vez disso, temos um ministro que não entende ou despreza o problema, considerando que a já notória falta de docentes em algumas áreas corresponde, apenas, a situações pontuais que têm sido exacerbadas.

Para resolver os problemas que constroem o desempenho da Escola Pública e dos seus profissionais – um grupo profissional que se confronta, também, com um grande desgaste físico, psíquico e psicológico e cujo envelhecimento já constitui outra grave questão a resolver – **seria necessário que as verbas destinadas à Educação evoluíssem para 6% do PIB**, conforme é recomendado pelas organizações internacionais do setor. O OE 2020 fica por pouco mais de metade, cerca de 3,4%; há menos de duas décadas, representava 5,2% do PIB.

Apesar do quadro político descrito, o tempo não pode ser de desânimo ou de inação. Pelo contrário, **umentando as dificuldades, maior terá de ser a capacidade reivindicativa dos professores e educadores e mais terá de crescer a sua luta: essa capacidade é que vai ser determinante para a obtenção de resultados**. A FENPROF, como organização mais representativa dos docentes em Portugal, irá assumi-la e coordená-la. Nesse sentido, **o Plenário Nacional de Professores e Educadores, realizado em Lisboa no dia 12 de fevereiro de 2020, considera necessário:**

I. No âmbito do diálogo e da negociação

- **Apresentação ao Ministério da Educação**, já no início de março, nos termos previstos no artigo 351.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (Lei n.º 35/2014), dando, dessa forma, início aos respetivos processos negociais, **de propostas relativas a:**

- i) **normalização da carreira docente**, prevendo

- em 2020, a progressão aos 5.º e 7.º escalões de todos os docentes que reúnam os requisitos de tempo de serviço, avaliação e formação contínua, bem como resolução do problema das ultrapassagens;
- que seja retomado o processo de recuperação dos 6 anos, 6 meses e 23 dias ainda não contabilizados, para o que deverá iniciar-se a negociação do respetivo faseamento.

ii) rejuvenescimento da profissão com

- a aposentação, sem penalização, dos docentes com 40 ou mais anos de serviço e descontos;
- a negociação da conversão de tempo perdido no congelamento para despenalização da aposentação;
- a efetivação do direito de acesso à pré-reforma;
- a aprovação de um regime específico de aposentação dos docentes.

iii) horários de trabalho, designadamente em relação aos conteúdos das componentes letiva e não letiva;

iv) concursos de professores com

- a introdução de alterações ao atual regime que combatam efetivamente a precariedade e consolidem a lógica nacional do concurso;
- a eliminação de todas as normas que, em diversas fases e modalidades do concurso, pervertem o princípio da graduação profissional.

- Reforço, imediato, dos pedidos de **reuniões com os secretários de estado**, das quais deverão resultar soluções para problemas relacionados com a avaliação de desempenho docente (ADD), indisciplina e violência nas escolas, proteção social dos docentes contratados, abertura de um concurso específico para os docentes contratados como técnicos especializados que, no âmbito do PREVPAP, viram os requerimentos para regularização do respetivo vínculo deferidos, criação de novos grupos de recrutamento, docentes integrados no nível 2 de vencimentos, exercício de funções em creche por educadores de infância, entre outros.

II. Com o objetivo de aprofundar a reflexão e renovar a tomada de posição:

- Promover, ao longo do 3.º período letivo, de um **Ciclo de Debates sob o lema “Respeitar os Professores!”**, com sessões nas diversas regiões do país, devendo estar

presentes temas relativos às condições de trabalho, ao exercício da profissão e seus direitos e deveres, à indisciplina e violência, entre outros;

- Realizar **iniciativas nacionais de debate e reflexão** sobre o exercício da profissão na Educação Pré-Escolar e as condições de trabalho no 1.º Ciclo do Ensino Básico, ambas no início do 3.º período letivo, e, ainda, sobre educação inclusiva;

- Organizar um **encontro nacional sobre questões ambientais** – com destaque para o problema do amianto nas escolas, mas não se cingindo a esse tema – em 22 de maio, Dia Mundial da Biodiversidade.

- Promover uma **Petição contra a municipalização da Educação**, processo posto em curso pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, com assinaturas recolhidas junto de toda a população;

- Continuar a recolha de **postais de protesto e exigência** dos professores, a entregar ao governo, relativos a carreiras, precariedade e aposentação;

- Promover a **exigência de vinculação pelos docentes contratados**, a enviar ao Ministério da Educação e outros destinatários.

III. Continuar a ação no plano político e, sempre que necessário, avançar para o jurídico:

- Manifestação de **disponibilidade negocial** para todos os processos que venham a ser propostos pelo Ministério da Educação, a par da exigência de abertura e desenvolvimento de negociações em relação a matérias que sejam propostas pela FENPROF;

- Desenvolvimento de **contactos com os grupos parlamentares**, procurando, por essa via, estimular iniciativas que visem soluções para problemas a que o governo não responda ou que sejam competência do Parlamento;

- **Presença nas galerias da Assembleia da República**, amanhã, 13 de fevereiro, para acompanhar o debate a realizar no âmbito da Petição “Por um regime democrático de gestão das escolas”, entregue pela FENPROF em março de 2019;

- **Recurso aos tribunais** sempre que se avalie essa como via adequada, prosseguindo as ações já iniciadas em relação a ultrapassagens na carreira ou horários de trabalho, bem como as relativas a violação da lei de greve por parte do Ministério da Educação.

IV. Caso continue a não ser dada qualquer resposta a questões que vêm sendo colocadas ao Ministério da Educação e constituem prioridades reivindicativas dos docentes:

- **Prosseguir a greve ao *sobretabalho***, mantendo informação pública e atualizada sobre escolas onde a greve se realiza e resultados desta luta que já se vão verificando;

- **Entregar pré-avisos de greve** a toda a atividade que, nas escolas, venha a ser marcada para os dias 24 e 26 de fevereiro;

- **Organizar protestos de professores nas localidades em que se realizarem reuniões descentralizadas do conselho de ministros**, enquanto estas decorrerem. Na primeira, que terá lugar em Bragança no dia 27 de fevereiro, a FENPROF entregará ao Primeiro-Ministro 5.000 postais assinados por docentes, de protesto e exigência relativos a carreiras, precariedade e aposentação;

- **Promover concentrações regionais de docentes, junto às delegações da DGEstE/ME, contra o bloqueamento das progressões nos 4.º e 6.º escalões da carreira.** Estas concentrações deverão ocorrer em 4 de março, caso até final de fevereiro não sejam divulgadas as vagas para progressão ou, sendo divulgadas, não contemplem o universo de docentes que reúnem todos os requisitos para progredir;

- Prever, desde já, a realização de uma grande **Manifestação de Professores e Educadores**, no 3.º período letivo, caso até lá: *i)* não sejam dadas respostas positivas no plano negocial, tendo em consideração as propostas apresentadas pela FENPROF; *ii)* o Ministério da Educação tente avançar com medidas que agravem ainda mais as condições de trabalho e carreira dos docentes; *iii)* o Governo mantenha a atitude de desrespeito pelos professores e pelas suas organizações sindicais, que se acentuou no passado mês de maio, quando ameaçou demitir-se, e prossiga a postura de um ministro que está ausente quando deveria tomar posição e é obstáculo ao normal relacionamento com as organizações sindicais;

- Esta Manifestação Nacional será, igualmente, um forte momento de exigência e reafirmação das reivindicações dos professores e educadores que será continuado, com a **realização de outras formas de luta, designadamente greve, a concretizar ainda no ano em curso.** Em relação a estas formas mais elevadas de luta será muito importante que decorram num clima de grande unidade entre os professores nas escolas, pelo que não será desvalorizada a convergência das organizações sindicais de docentes que, em conjunto e no passado, desenvolveram ações de luta, bem como a convergência com outras organizações

que representem diferentes grupos da comunidade educativa, cabendo à FENPROF, dada a sua representatividade, manter os indispensáveis contactos.

V. Por último, para que se concretizem os objetivos reivindicativos dos professores e educadores, a FENPROF deverá:

- Desenvolver uma **Campanha à escala nacional que dê grande visibilidade à exigência de 6% do PIB para a Educação**, reunindo, em torno dela, os professores, outros profissionais e trabalhadores das escolas e, de uma forma geral, a sociedade portuguesa. Esta campanha deverá, ainda, contar com a solidariedade internacional, quer de organizações sindicais de docentes de outros países, quer de organizações europeias e mundiais que intervêm no plano da Educação e do Ensino;
- Instar junto do Primeiro-Ministro a **substituição do atual Ministro da Educação** por quem seja conhecedor dos problemas do setor, tenha propostas para os resolver, respeite os professores nos seus direitos e nas suas condições de trabalho e tenha a atitude democrática de manter abertas linhas de diálogo e negociação que vão para além das suas próprias opiniões e agenda, considerando as organizações sindicais como parceiros dotados de autonomia e não como entidades que, para serem tidas em conta, deverão alinhar pela sua vontade e sujeitar-se, sem condições nem protestos, às suas intenções.

Lisboa, 12 de fevereiro de 2020
O Plenário Nacional de Professores e Educadores